



A CABODIFUSÃO NOS ESTADOS UNIDOS

José Maria Nogueira Ramos

Vários artigos foram escritos nos últimos anos nesta Revista sobre cabodifusão ou televisão por cabo ou cabo, desde 1974, sendo *A Defesa Nacional* pioneira nesse assunto, abordando não somente a parte técnica como também, a política de concessão em vários países do mundo. Informações resumidas sobre a cabodifusão americana eram fornecidas nesses artigos. Este, no entanto apresenta a mesma matéria dentro de uma visão ampla.

O autor, em recente viagem durante os meses de abril e maio deste ano, colheu substancial documentação sobre o assunto nos Estados Unidos e na Europa e visitou organismos relacionados com a televisão por cabo nesses lugares. No momento atual, a televisão por cabo é um tema que merece ampla divulgação a fim de que seja bem

dominado por setores da sociedade como Forças Armadas, Universidades, Igrejas, imprensa, radiodifusão, sindicatos e sobretudo pelo Congresso Nacional.

Existem hoje sistemas com mais de 100 (cem) canais de tevê, o que evidencia a importância social dessa nova tecnologia. Prevê-se para dentro de mais algum tempo o advento da cabodifusão no Brasil, porquanto algumas tentativas já foram feitas nesse sentido. É imprescindível que a legislação nessa matéria tenha em mira também a educação do nosso povo.

Não se pode desejar que se realize a sinistra previsão de Marguerite Yourcenar em seu livro *Archives du Nord* escrito há alguns anos: 'Maciços meios de comunicação a serviço de interesses mais ou menos camuflados derramarão sobre o mundo, com visões e ruídos fantas-

mas um ópio do povo mais insidioso do que nenhuma religião do mundo tem sido acusada de espalhar”.

ORIGEM DA CABODIFUSÃO

Os sistemas de cabodifusão desenvolveram-se inicialmente como um meio de extensão da tevê convencional, em comunidades aonde não chegava a imagem por impedimento do terreno. Daí seu nome inicial CATV (Community Antenna Television). A denominação “televisão-por cabo” é devida ao uso do cabo coaxial entre a antena comum e o televisor do usuário. O primeiro sistema instalou-se com finalidade não comercial em 1949 em Astória (Oregon). Hoje, o maior desenvolvimento do cabo ocorre nos grandes centros urbanos e em seus subúrbios imediatos.

Somente a partir de 1968 a CATV começou a gerar programas, sendo então denominada cabodifusão de 2ª geração. A 3ª geração surgiu em meados da década de 70 com as redes interativas ou bilaterais que permitem a participação do usuário nos programas. Instalou-se a primeira rede deste tipo em Columbus (OHIO).

Algumas redes utilizam parte de suas instalações para o serviço de transmissão de dados, valendo-se do fato de que o cabo coaxial possui uma faixa de frequência 45 mil vezes maior que a do fio simples. Essa nova tecnologia tem hoje a possibilidade de oferecer mais de 1 centena de canais de tevê num mesmo sistema.

No Brasil, fora dos centros urbanos, a televisão por cabo deverá desenvolver-se lentamente, porque exige do usuário o pagamento de uma mensalidade. E mesmo dentro das cidades os bairros menos favorecidos não acompanharão o ritmo dos mais abastados.

DADOS SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL NOS ESTADOS UNIDOS

Existem 82 milhões de lares com televisores, dos quais 25 milhões estão dotados de cabodifusão. Isto significa que 30% desses lares acham-se ligados a pelo menos um dos 4.700 sistemas de tevê por cabo em operação no país. Essa percentagem é denominada “penetração”. No momento a penetração máxima possível é de 50%, porque a outra metade não tem o cabo coaxial passando por perto. Referem-se esses dados ao mês de maio do corrente ano. Estima-se para 1990 que a penetração atingirá a 60%. A mensalidade média dos sistemas é de 10 dólares e o faturamento total chegou a \$ 2 bilhões em 1980. Embora haja redes com mais de 50 canais, setenta por cento delas operam com 12 canais ou menos. Somente 66% têm possibilidade de gerar programas e 25% conseguem apresentar programa local ao vivo. Mais de 3 mil sistemas oferecem pelo menos 1 canal de tevê paga (*pay-cable*), isto é, canal com programa especial e pelo qual é pago uma taxa adicional.

Há quase 200 sistemas interativos ou bilaterais nos quais o telespectador pode enviar sinais a um

computador, indicando, por exemplo, sua preferência numa votação ou selecionando um produto oferecido à venda. O televisor de cabodifusão apresenta 5 tipos de informações possíveis: a) programas das estações de tevê convencional que operam na área; b) programas de estações distantes; c) programas de tevê paga (*pay-cable*) em canais especiais; d) serviços de videotextos tipo bolsa de valores, meteorologia, cotação de cereais; e) canais de acesso público ou destinados à educação, administração ou serviços governamentais como bombeiros e polícia.

Os sistemas bilaterais, além desses itens, permitem a instalação de serviços de segurança. Convém ressaltar que o serviço de alarma nos Estados Unidos é anterior à indústria telefônica. As primeiras companhias telefônicas no século passado utilizavam as linhas de transmissão das campainhas de alarma.

Em 1980 a publicidade nos programas de tevê por cabo atingiu somente a 30 milhões de dólares, o que significa menos de 0,1% da publicidade em todos os meios de comunicação, que foi de \$ 54 bilhões. Na maioria dos sistemas os recursos financeiros provêm em 95% das mensalidades e 5% da publicidade.

Recentemente algumas guarnições militares passaram a instalar sistemas próprios. É o caso da Base de Holiman, Campo de provas de Yuma, e Estação aérea de Yuma, todas no Arizona e servidas pelo mesmo sistema com 3 mil assinantes. O mesmo acontece com as Bases aéreas de Randolph e Lack-

land no Texas. A base aérea de Homestead, na Flórida, possui um canal especial no sistema da cidade que opera durante as 24 horas.

No Brasil, talvez, um sistema bilateral com 12 canais conviesse ser instalado na Vila Militar, inclusive possibilitando aos alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ouvir conferências em suas residências e participar dos debates.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DA COMISSÃO FEDERAL DE COMUNICAÇÕES (FCC)

Como na década de 50 a finalidade da CATV era somente melhorar a imagem transmitida pelas estações próximas, a FCC expressamente desconheceu qualquer jurisdição sua nesse setor. No entanto, quando o cabo começou a captar sinais distantes, a FCC impôs restrições impedindo maior desenvolvimento dessa tecnologia. Em 1958, a FCC recebeu reclamação de 13 estações de tevê contra 288 operadores de cabo em 36 estados. Foi o primeiro caso no qual a Comissão teve que exercer sua autoridade sobre sistemas de cabodifusão. A primeira regulamentação sobre a nova tecnologia surgiu em 1965 e nela era evidente o favorecimento das estações de radiodifusão em detrimento do cabo. A mais extensa regulamentação foi adotada em março de 1972 pela FCC. Embora menos restritiva que a anterior, mesmo assim limitava os serviços que a cabodifusão podia oferecer a seus assinantes. Nos últimos anos modificou-se o regulamento permitindo que um sistema possa retransmitir o programa de

qualquer outra estação que preferir, independente da localização e não somente das mais próximas (*leapfrogging*). Isso contribuiu para encorajar uma maior competição entre radiodifusão e tevê por cabo em busca de telespectadores. Resultou daí um explosivo crescimento da televisão por cabo. Mesmo tendo sido modificada várias vezes a regulamentação de março de 1972, seus pontos básicos permanecem intocados.

Propriedade dos Sistemas

A análise da propriedade (concessão) dos meios de comunicação de massa é muito mais importante do que a análise da propriedade na maioria das demais indústrias. Assim, por exemplo uma concentração exagerada da propriedade na indústria do vidro de um país atinge sobretudo os utilizadores deste produto. As características de propriedade dos meios de comunicação de massa (MCM), concernem, no entanto todos os cidadãos. É que esses meios controlam a criação e disseminação da programação em forma de idéias e imagens que irão modelar nosso pensamento social, cultural e político.

Nos Estados Unidos, as 3 principais cadeias de televisão ABC, NBC e CBS foram impedidas pela FCC de possuir sistemas de cabodifusão em qualquer parte do país. Recentemente, porém, a CBS excepcionalmente foi autorizada a adquirir pequenas redes de número limitado de assinantes.

Nenhuma entidade ou grupo de interesses pode possuir mais de 7

estações comerciais de televisão na faixa de frequências de VHF (30 MHz — 300 MHz). Não há limites para as TV educativas não comerciais. Na cabodifusão praticamente não há um número limite na posse de sistemas. Mas o proprietário de uma estação de tevê não pode possuir uma rede de cabodifusão no mesmo local.

Também as empresas telefônicas não podem ser proprietárias de sistemas em sua área de serviço. Estatísticas de 1980 mostram que as estações de radiodifusão operavam 33% de tevês por cabo; as empresas de programas, 18%; os jornais, 13%; revistas, 11%; indústrias de equipamentos, 7%; teatros, 4%; empresas telefônicas, 3% e municipalidades, 1%.

A concessão (permissão) é dada por um período inicial de 15 anos. Sob influência do Congresso a FCC tem grande preocupação em manter a dispersão da propriedade (concessão, permissão) no que concerne rádio, televisão e cabodifusão. Mesmo em relação ao rádio o regulamento proíbe ao mesmo concessionário controlar mais de 7 estações AM ou FM.

Em 1976, os 70 principais concessionários operavam menos de 10% das estações de rádio do país. Em 1975, a FCC anulou a concessão de 16 estações de rádio e tevê em localidades onde essas empresas também eram proprietárias do único jornal local. Como resultado dessa política, atualmente, menos de 10% das estações comerciais de rádio são proprietárias de jornais. Na cabodifusão estão predominando os conglomerados (*multiple*

systems operators — MSO) que por sua vez são controlados por empresas de outros meios de comunicação. Das 25 maiores empresas de tevê por cabo existentes em 1976, 11 se achavam em processo de fusão no correr do ano de 1981.

Constantemente vêm a público estudos e análises sobre a política de concessão da FCC. Na Câmara dos Representantes existe a Subcomissão de Telecomunicações, Proteção ao consumidor e Finanças que é parte da Comissão de Energia e Comércio. Essa subcomissão promove audiências públicas (*hearings*) que lhe permitem carrear vasto acervo de informações e dados para seus trabalhos legislativos.

Por outro lado os processos judiciais abertos por empresas ou pessoas que se consideram prejudicadas pelas regulamentações da FCC obrigam esta, por vezes, a modificar sua linha de ação. Conseqüentemente, existe vasta literatura sobre a política de concessões nas telecomunicações do país, o que contribui para o seu aperfeiçoamento. Por exemplo o livro *Who owns the media?* possibilita ao público americano conhecer os proprietários dos veículos de comunicação em seu país.

No Brasil, quando se regulamentar a televisão por cabo convém meditar no poder que se confere ao permissionário de dezenas de canais-vídeo, sobretudo se o mesmo (pessoa jurídica, entidade, grupo) já possuir no mesmo local, jornal, rádio e televisão.

Nível de competição

Há uma constante preocupação na sociedade americana para que exista competição entre empresas do mesmo setor e nenhuma se acobera sob o privilégio do monopólio. Aham alguns críticos que a propriedade das estações de tevê está menos concentrada que indústrias como do automóvel, alumínio, cobre, fumo e mais concentrada que as do aço, maquinaria rural e motores elétricos que já são consideradas pouco competitivas.

Tomaram por base o fato de que as 3 principais redes de tevê ABC, NBC e CBS são responsáveis por mais da metade do faturamento de toda a rede de radiofusão (rádio + tevê) do país.

As redes de tevê e os sistemas de cabodifusão possuem a característica comum de transmitir e distribuir a programação controlando o que irá ser disseminado. São, portanto, gargalos em potencial, pois detêm o poder de excluir de suas transmissões os programas de outras redes. Daí porque a FCC preocupa-se em diversificar os mercados, isto é, autorizar empresas de proprietários diferentes de rádio, tevê e cabodifusão numa mesma cidade.

Para verificar o nível de competição entre as empresas as comissões da Câmara de Representantes promovem inúmeras audiências públicas (vide Cap. 9).

Assim, em meados de 1981 a subcomissão de telecomunicações promoveu entre outros os seguintes painéis:

a) Situação da competição; b) Necessidades e interesses dos usuários; c) Política de preços dos equipamentos; d) Diversidade da informação.

Uma audiência pública (*hearing*) pode constar de 1 ou vários painéis. Durante a audiência os empresários afirmavam operar num mercado de violenta competição. Mas no entender da subcomissão essa competição está centrada apenas na publicidade. Reconhece a Subcomissão de Telecomunicações que a competição entre somente 3 grandes redes de TV para atrair o telespectador, isto é, com número tão limitado de alternativas, não serve ao interesse do usuário. Um número maior de redes nacionais favoreceria a competição. Eis aí uma das razões porque a FCC profíbe que as grandes redes ABC, NBC e CBS tenham sistema de cabodifusão em qualquer parte do território nacional.

Igualmente, no Brasil, seria talvez o caso de se estudar se a mesma medida não seria conveniente.

Inquérito feito pela FCC concluiu que a alocação de freqüências feita em 1952 é a principal responsável pela atual dificuldade em se instalar outras redes de prestígio igual às 3 principais. Basta dizer que estas possuem, em conjunto, 596 estações (VHF e UHF) filiadas que são custeadas pela venda de anúncios e por pagamentos recebidos das 3 redes para retransmitir seus programas.

Os fornecedores de programas têm que passar pelas redes principais para terem seus programas vistos em escala nacional, limitando

portanto em 3 as alternativas dos telespectadores. São inúmeros, no Departamento de Justiça, os processos contra esse estado de coisas. Neles alegam os litigantes que as redes ao recusar exibir programas que elas não produzem ou nos quais não têm interesse monetário, cometem abuso de poder, impedindo o acesso de produtores e anunciadores ao público das tevês comerciais.

Administração da escassez de freqüências

O espectro de freqüências eletromagnéticas é um recurso da natureza à disposição da humanidade. Como é limitado, seu uso tem que ser regulado, nacional e internacionalmente. Daí porque existe um Departamento de Freqüências (IFRB) na União Internacional de Telecomunicações com centenas de especialistas para estudar e administrar as freqüências. A escassez de freqüências é o que restringe o número de estações de TV num determinado local obrigando os governos a selecionarem os beneficiários de uma concessão de um ou vários canais de tevê. É o que os americanos chamam as "rendas da escassez". Deve-se aqui registrar a injustiça do critério de distribuir freqüências pela capacidade monetária e técnica dos candidatos, talvez pela dificuldade de encontrar outra melhor norma de alocação.

Há, entretanto, a honrosa exceção que foi, no Brasil, a decisão em 1965 do antigo CONTEL que reservou 131 canais de TV para

exclusiva utilização educativa. Reserva essa que também deve ser defendida contra cobiçosas invasões. Também a FCC reservou 615 canais para a tevê pública (educativa). Já na cabodifusão como a transmissão no local é feita em cabos coaxiais, o problema de escassez de frequências praticamente não existe. Uma prova evidente da escassez é o preço a pagar pela transferência de concessão das tevês. Razão porque a Associação Nacional de Radiodifusão (NAB) acusa a FCC de através da administração do espectro eletromagnético ter dado artificialmente um alto valor às licenças de tevê e proteger da competição as redes ABC, NBC e CBS, dificultando a entrada de outras no mercado.

- Recentemente uma estação de tevê VHF foi comprada em Boston por 200 milhões de dólares, apesar de achar-se em instalação na cidade uma rede de tevê por cabo com mais de 100 (cem) canais. Esta discussão sobre o rendimento da escassez de frequências evidencia o fato de que a concessão de uma estação de rádio ou tevê é um substancial privilégio econômico, reconhecido pela própria NAB. A permissão para uma rede de cabodifusão é também um grande privilégio não pela utilização das frequências mas pela grande quantidade de canais.

A regulamentação da futura tevê por cabo no Brasil evitaria esses inconvenientes nas principais cidades criando um consórcio em que participasse governo, indústria, universidade, imprensa, radiodifusão, igrejas e sindicatos.

Nos Estados Unidos em 1979, o faturamento em publicidade na televisão ultrapassou os \$10 bilhões representando 21% de todos os gastos em publicidade no país. Nesse ano o faturamento das 3 redes principais alcançou \$4 bilhões e o lucro foi de \$370 milhões.

No país inteiro o setor de telecomunicações faturou \$100 bilhões. Esses números justificam porque a Associação Nacional de Radiodifusão (NAB) vê na concessão um substancial privilégio econômico. A Associação também admite que muitas estações ganham muito mais do que as taxas normais de retorno. Anormalidade que o alto preço de venda das estações revela por si mesmo.

Novos serviços visuais

Nas décadas de 50 e 60 devido às pressões das grandes cadeias nacionais de tevê, a FCC procurava limitar a concorrência na radiodifusão com medidas que impediam o crescimento do cabo e da tevê paga (STV). O Congresso, nos últimos anos, por intermédio da Subcomissão de Telecomunicações com seus painéis públicos (*hearings*) e decisivos relatórios, atuou sobre a FCC para reforçar a competição entre os meios de comunicação criando novos serviços visuais:

a) Assim é que em meados de 1980 a FCC permitiu a instalação de mais 139 estações de tevê em VHF. São estações de potência e altura de antena baixas, com transmissão direcional para evitar a interferência nos canais próximos.

Chamam-se estas as estações "drop in".

b) Criou ainda a FCC em 1980, um novo serviço de radiodifusão, chamada a televisão de baixa potência, em UHF na maioria (*low power television*). Somente esta nova modalidade possibilitará a instalação de milhares de novas estações em todo o território americano.

É tal o montante de candidatos a esse moderno tipo de TV que a FCC foi obrigada a interromper o recebimento de requerimentos.

Para ajudar a FCC a processar rapidamente os pedidos, o Congresso modificou o Código de Comunicações para autorizar uma seleção randômica (por sorteio) das concessões. Dentro da política vigente de evitar a concentração de propriedade os candidatos a estações de baixa potência não podem ser possuidores de tevês na mesma área de serviço.

c) Propôs a FCC, em 1981, a criação do sistema de radiodifusão direta por satélite (DBS) que seria implementado em 1985. A preferência será das áreas rurais de baixa densidade de população onde é precária a penetração da tevê por cabo.

d) Nestes últimos anos houve maior estímulo à expansão dos sistemas MDS (Multipoint Distribution Service). É uma modalidade especial de microondas, de pequena potência de transmissão de imagens. Exige uma antena de recepção especial. Devido ao elevado custo de instalação e somente 2 canais, o MDS não pode ainda rivalizar com a cabodifusão. Havia

400 mil assinantes de MDS, em 1980, isto é, 0,5% dos lares com televisores no país.

CIDADES TÍPICAS DO MERCADO DE COMUNICAÇÕES

Três importantes cidades caracterizam bem a situação da cabodifusão americana: San Diego, Nova Iorque e Washington.

a) San Diego, o 28º mercado do país, é considerada a cidade mais rica em meios de comunicação. A cidade, com 1.500 mil habitantes possui 700 mil lares com televisores dos quais 350 mil com tevê por cabo. Portanto, uma penetração de 50%. O número médio de canais disponíveis é de 32. A alta penetração é talvez pelo fato de existir 4 estações de tevê na cidade. Pelo cabo podem ser recebidas 12 estações em média.

A maioria das redes tem capacidade superior ao número de canais em operação, o que mostra que estão reservando canais para o futuro. Podem oferecer um canal com tevê paga e também programas via satélite. A cidade possui vários sistemas sendo um deles o que possui maior número de assinantes no país. A competição entre os meios é intensa, havendo 19 estações de rádio, 84 cinemas, 20 mil videocassetes e somente 1 grande jornal. Não há, porém, STV nem MDS.

b) Nova Iorque, embora seja o 1º mercado nacional, oferece menos canais-vídeo que San Diego. Possui 7 estações em VHF e 7 em UHF e a penetração da tevê por cabo ainda é de 20%. Nos subúrbios a média de canais alcança 30 mas no centro as 4 redes operam

nais regulam pelos 20 canais. Nesse imenso mercado há 350 cinemas, 250 mil videocassetes, 40 estações de rádios e 4 importantes jornais.

As residências com televisor são 6,5 milhões, das quais 1,3 milhões com tevê por cabo. Apesar de ser o 1º mercado americano, Nova Iorque, por suas enormes construções, tem alternativas de telecomunicações severamente limitadas. Basicamente somente o distrito de Manhattan e pequena porção do Bronx estão cabeados. Bairros como Brooklin, Queens e Staten Islands somente agora estão tratando do processo de concessão. Exemplo que bem mostra o elitismo da televisão por cabo, na maior cidade do mundo. No Brasil deverá ocorrer o mesmo nas grandes cidades e a luta será para ganhar a concessão nos bairros ricos. A solução seria talvez atribuir à mesma empresa a cabeação simultânea de bairros de diferente poder aquisitivo. Ou um consórcio na mesma cidade, evitando-se beneficiar um só concessionário. Este é um problema muito sério que tem de ser muito bem estudado durante a preparação do anteprojeto para que a cabodifusão não venha agravar ainda mais as disparidades em nossa sociedade. Motivo pelo qual não há tanta urgência na implantação da tevê por cabo, mas que ela venha mormente para colaborar na instrução do povo e não apenas como entretenimento.

c) Washington, a capital do país, é o 8º mercado nacional. Não é considerada por seus habitantes bem servida em vídeo-informações nem em alternativas de en-

tretenimento. Possui 8 tevês, 4 em VHF e 4 em UHF. Não tem sistema de cabo nem STV em operação na cidade. Um canal MDS atende 8% das residências. Há 44 cinemas, 40 mil videocassetes e um importantíssimo jornal.

Após a ligeira descrição destes 3 típicos mercados, e para salientar o que cada nação pensa de suas comunicações, a própria Subcomissão de Telecomunicações acha que a proliferação de alternativas de informações e diversão ainda não chegou para a maioria dos americanos.

A TELEVISÃO PAGA (STV OU PAY-CABLE)

A televisão convencional, aérea, nos Estados Unidos não exige dos usuários uma taxa mensal ou anual como na maioria dos países da Europa ocidental. Há, no entanto, canais especiais, pelos quais se exige esse pagamento. A transmissão da imagem nesses canais pode vir pelo ar e neste caso chama-se STV (*subscription television*) ou incorporada num sistema de tevê por cabo e se chama *pay-cable*. No caso da STV há um dispositivo ligado ao televisor para permitir que apenas seus assinantes recebam a imagem pela qual a mensalidade regula em 20 dólares. A televisão comercial é custeada pela publicidade em seus programas e a tevê educativa é financiada pelo Governo e entidades particulares.

Existem hoje 1 milhão de assinantes da STV. Mais de 3 mil redes de tevê por cabo oferecem pelo menos 1 canal especial (*pay-*

cable) aumentando assim a mensalidade a pagar. A FCC limitou a STV a aglomerações onde já existem pelo menos 4 tevês comerciais, o que restringe o número de assinantes. Está em estudos o cancelamento dessa restrição. Os canais de STV acham-se na faixa de UHF que oferece uma recepção mais pobre que em VHF. Com apenas 1 milhão de assinantes comparados com os 30 milhões da cabodifusão vê-se que a STV não pode competir com aquela em nível nacional. As limitações impostas à STV levantam muitos protestos porque também diminuem o nível de competição com as 3 grandes redes.

IMPACTO DA CABODIFUSÃO NA TEVÊ CONVENCIONAL

Profundos estudos pretendem avaliar em que extensão a cabodifusão afeta a tevê convencional examinando a perda de audiência de uma tevê local quando se instalam vários canais não locais de tevê por cabo. A importância desse estudo decorre do fato de revelar a competição dos 2 meios na preferência do usuário. Verifica-se nesse caso que a estação local de tevê pede em torno de 10% de sua audiência. Essa média foi obtida pela Associação Nacional de TV por cabo (NCTA) pesquisando em 100 estações de tevê. Isso parece revelar que a cabodifusão não abala a situação financeira da tevê convencional.

Prospecções a longo prazo mostram que mesmo na hipótese de que todas as residências nas 100

maiores cidades tivessem acesso à cabodifusão, apenas 40% se tornariam assinantes. A demanda maior seria em áreas raramente povoadas que não têm a quantidade de canais das grandes aglomerações.

Verificou-se também que nas grandes redes ABC, NBC e CBS a cabodifusão tem um efeito desprezível. Mesmo o *pay-cable*, que parecia a melhor alternativa para aumentar a competitividade do mercado, deixa as 3 redes praticamente intactas. Ficou então provado que a televisão tradicional continua a ser o meio dominante de transmissão da imagem. É pois ainda muito cedo para se dizer quando nos Estados Unidos a cabodifusão criará um mercado realmente competitivo. A cobrança da mensalidade na tevê por cabo ao contrário da gratuidade da tevê tradicional parece explicar, em parte, as estatísticas obtidas.

O MUNICÍPIO E A CABODIFUSÃO

Entre os 4.700 sistemas existentes no país, 38 são propriedade dos municípios e operados por entidade municipal. O principal e mais antigo é o de Frankfort, Kentucky, em funcionamento desde 1952 e presentemente com 8.300 assinantes, 16 canais e mensalidade de 4 dólares. Dezenas de cidades estão pretendendo instalar e administrar seu próprio sistema, porque acham que esse é o meio de controlá-lo melhor. Em consequência, eclodiram intensas e contínuas batalhas judiciais entre a indústria de tevê por cabo através da

Associação Nacional de Cabodifusão (NCTA) e as municipalidades apoiadas pela Liga Nacional das cidades e pela Associação Nacional de Técnicos de Telecomunicações (NATOA). Essa luta desenrola-se no Congresso, assembléias estaduais, municipais e perante os tribunais.

É dentro desse ambiente que a FCC vai regulamentando o desenvolvimento do cabo. Se as empresas querem ter lucro, as municipalidades também querem ganhar nas concessões quer sejam de serviço de táxis ou de cabodifusão. Alegam as prefeituras que seu controle sobre o cabo provém do direito de salvaguardar e exercer autoridade sobre suas ruas. E também da convicção de que somente a autoridade municipal pode adequadamente proteger os cidadãos de um prejudicial monopólio. Interesses inconciliáveis assediam, portanto, a FCC.

Em fins de 1981 as municipalidades tiveram vitória parcial conseguindo que fosse retirado de um projeto no Senado a proibição das prefeituras regularem as mensalidades. Não conseguiram, porém, evitar que o mesmo projeto proibisse a FCC de regulamentar o cabo como veículo comum (*common carrier*). Tal peleja está muito longe de terminar, mesmo porque o pêndulo da regulamentação oscila também no outro sentido.

É interessante tomar conhecimento desse duelo entre municipalidades e empresas que mostra a força do município. No Brasil também as municipalidades deveriam ser ouvidas na elaboração do

anteprojeto de tevê por cabo através de um órgão representativo. Ou mesmo diretamente no caso das grandes capitais.

Entre dezenas de canais de tevê não há exagero que 1 ou 2 sejam destinados à municipalidade local. Seriam entregues à Secretaria de Educação para o aperfeiçoamento do ensino primário. Todo incentivo para incrementar o ensino primário será válido num país em que as estatísticas oficiais acusam ainda quase 30% de analfabetos. E nada mais justo do que a participação da futura tevê por cabo nesse esforço coletivo.

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (HEARINGS)

A legislação americana sobre as telecomunicações passa por contínuos aperfeiçoamentos e naturalmente compete ao Congresso importante papel. Na Câmara dos Representantes existe a Subcomissão de Telecomunicações, Proteção ao Consumidor e Finança, que é parte da Comissão de Energia e Comércio. Quando a Subcomissão, em seus trabalhos legislativos, precisa de dados e informações mais seguros e atualizados recorre às audiências públicas para obtê-los.

"Hearings" são reuniões públicas convocadas pelo Congresso, sobre um determinado assunto de interesse legislativo. São chamados para elas, especialistas na qualidade de testemunhas para debater e fazer exposição sobre a matéria em pauta. Tais exposições são consideradas testemunhos, isto é, depoimentos juramentados. Não é ocasião para exhibir brilhantismo.

A Subcomissão de Telecomunicações realizou em 1981 inúmeras audiências nos meses de maio a setembro. Entraram em pauta sucessivamente:

a) Situação da competição no mercado das telecomunicações;

b) Interesses dos usuários nos meios de comunicações;

c) Impacto no público dos preços dos equipamentos;

d) Diversidade da informação;

e) Propriedade dos meios de comunicações.

As audiências podem durar vários dias e realizam-se tanto em Washington, na Câmara dos Representantes como em qualquer outra cidade. Os membros da Comissão comparecem todos à audiência. Questionários são enviados a órgãos do Governo, indústria, universidade, pessoas físicas requerendo maiores informações sobre o assunto em debate. O testemunho ou depoimento durante as audiências e os dados coletados por correspondência constituem a base do relatório a ser apresentado pela Subcomissão sobre a matéria em pauta.

A CABODIFUSÃO NO BRASIL

Tudo parece indicar que nos próximos anos a cabodifusão começará a ser implantada no Brasil. Em artigo sob o título "Importância Social da Cabodifusão" em A Defesa Nacional n.º 687 Jan/Fev 1980 foram apresentadas 10 sugestões sobre a instalação da tevê por cabo em nosso país. São sugestões que poderiam ser repetidas neste artigo.

Como a implantação desta nova tecnologia, ao que parece, não exige pressa, conviria que o anteprojeto a ser apresentado ao Congresso Nacional, fosse antes submetido à apreciação de órgãos da nossa indústria eletroeletrônica e também das reitorias das principais universidades do nosso país.

No que toca à nossa indústria, quadraria bem dar um prazo para o início da implementação, a partir da decisão governamental de adotar entre nós a tevê por cabo. Esse prazo possibilitaria à indústria nacional preparar-se para enfrentar a concorrência estrangeira.

Em relação à universidade não se pode desconhecer o intenso uso que ela poderá fazer da cabodifusão. Por exemplo um sistema típico de 12 canais unindo as várias universidades das grandes capitais brasileiras. A utilização de 1 ou 2 canais num sistema de dezenas, para a transmissão de programas de preparação ao vestibular. Seria o canal pré-vestibular.

Se a concorrência por 1 só canal de televisão convencional representa a luta que todos sabem existir, imagine-se qual será a ânsia de um candidato à concessão de um sistema de 50 canais.

Importa meditar no poder que se confere a uma entidade, empresa ou grupo de interesses que obter a permissão para instalar uma rede desse porte numa grande cidade brasileira. É essa possibilidade que poderia ser evitada entregando a concessão a um consórcio no qual poderiam figurar a empresa telefônica local, empresa de tevê, indústria, universidade, igrejas,

entidades patronais e sindicatos. Pode-se desde já evitar o erro que os próprios americanos hoje reconhecem que cometeram na televisão quando pela alocação de frequências de VHF na década de 50 propiciaram a criação de apenas 3 grandes redes nacionais.

Outro processo de diversificar a propriedade (permissão, concessão) seria fazer como no Canadá e Estados Unidos, dividir geograficamente as principais cidades para permitir a implantação a várias empresas ou entidades. Todos enxergam que não é premente a necessidade da tevê por cabo em nosso meio. E mais, que a nossa sociedade nem de longe se ressentida da falta de inúmeros canais que o cabo irá oferecer, mesmo porque temos outros problemas de irrecusável prioridade. Tanto mais que a atual televisão convencional aí está com imensa quantidade de programas de discutível qualidade. Para a grande maioria dos brasileiros, a televisão por cabo, pela mensalidade que exigirá ainda será elitista por muito tempo.

Mas, vindo a cabodifusão, dentro de 1, 2 ou mais anos, é essencial que beneficie primordialmente a indústria nacional. E que venha contribuir com sua plethora de canais, não só para o entretenimento e informação, mas sobretudo auxiliar a instrução, mormente nos Estados mais carentes da federação. Se países ricos desenvolvidos e de sólida cultura como os Estados Unidos e alguns europeus, com renda por habitante acima de 11 mil dólares utilizam a tevê por ca-

bo como instrumento educativo (vide A Defesa Nacional n.º 687), com maior razão deve fazê-lo o Brasil. Nesse sentido a ação governamental e sobretudo o Ministério da Educação e Cultura têm papel decisivo a desempenhar.

CONCLUSÃO

A televisão por cabo americana acha-se subordinada ao mesmo órgão de controle da radiodifusão que é a Comissão Federal de Comunicações (FCC), congênere do Conselho de Rádio e Televisão do Canadá.

Desde a data de sua criação em 1927 vem a FCC comprovando sua eficiência. Nela intervêm os 3 poderes da república. Os 7 membros são nomeados pelo poder executivo com aprovação do Senado. Tribunais Judiciários controlam suas vastas atribuições.

A radiodifusão do Brasil pluralista como seu modelo americano ressentida-se da falta de um órgão como a FCC. Com a próxima adoção da TV por cabo no país agravar-se-ão os problemas no domínio das concessões. Tal afirmação baseia-se na imensa responsabilidade que será a justiceira distribuição de concessões de sistemas que podem atingir e mesmo ultrapassar uma centena de canais.

A criação no Brasil da Comissão Nacional de Radiodifusão, com ampla representatividade, desvinculada de qualquer ministério contribuiria eficazmente para solucionar esses problemas.



O Coronel R/1 José Maria Nogueira Ramos é Engenheiro de Telecomunicações, diplomado pelo IME. Representou o Ministério das Comunicações na Comissão Nacional da Bacia do Prata, SUDESUL e CDI (1967 - 1970). Engenheiro de projetos na União Internacional de Telecomunicações, em Genebra (Suíça) de 1970 a 1973. Assistente da Presidência da EMBRATEL em 1969 e 1970. Coursou a Escola Superior de Telecomunicações de Paris, França.

Os originais do presente trabalho foram entregues em julho de 1982.